

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



Armando B. Malheiro da Silva

*Membro colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20)
da Universidade de Coimbra*

VARIAÇÕES IDEOLÓGICAS DA HISTORIOGRAFIA EM TORNO DA 1ª REPÚBLICA PORTUGUESA

1. Intróito

Há uns anos, no âmbito de um longo projecto de investigação académica sobre a vertente ideológico-política da conjuntura 1890-1926¹, tornou-se indispensável traçar uma panorâmica bastante ampla sobre a literatura historiográfica relacionada com a génese, o impacto e a evolução do republicanismo e da 1ª República portuguesa percebida por protagonistas, adeptos, opositores e estudiosos críticos, coevos e não coevos. O resultado desse esforço sinóptico foi uma extensa Introdução² que viria, mais tarde, a ser vertida, com adaptações, em artigo publicado numa revista especializada³.

Esse trabalho terminaria como artigo de revista se não surgisse a oportunidade específica de uma obra colectiva, centrada nas relações Portugal e Brasil, a propósito de uma profunda e marcante vivência doutrinária, ideológica, religiosa (*versus* laicismo e agnosticismo) em ambos os países e em torno de uma alteração formal de regime — a implantação da

¹ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – *Sidónio e sidonismo: história e mito*, 2 vols. Braga: Universidade do Minho, 1997; dissertação de doutoramento.

² Cf. *Ibidem*, vol. 1, p. 1-132.

³ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da – A Escrita (vária) da história da I república portuguesa *Ler História*, Lisboa, 38 (2000) p. 197-254.

República — que foi, como é sabido, muito mais do que isso. O intuito e o plano do livro, a que este texto está vinculado, justificam plenamente um olhar contido e dirigido às narrativas, a quente, da História de um processo sócio-político complexo e intenso, balizado no tempo e no espaço, mas sem que essas balizas impeçam exercícios comparativos fecundos.

De fora ficaram itens respeitantes à historiografia urdida entre 1974 e o momento actual, porque estão publicados⁴ e são redundantes face ao interesse central da desconstrução dos registos interpretativos (mais próximos, que distantes da ocorrência) acerca do processo histórico-republicano português e brasileiro. Registos dos dois lados do Atlântico. Não podem, por isso, faltar para a comparação e o debate que aprofundam e enriquecem o complemento subsidiário do ilustre historiador Francisco Falcón.

2. A República e a História

O que foi a 1ª República Portuguesa instituída em 1910 e derrubada em 1926?

Foi uma «epopeia» demoliberal regeneradora da Pátria decadente e humilhada? Foi «*a Perversão e a Miséria, a Bancarrota e o Desprestígio*» sob o «signo maçónico» internacional?⁵ Ou foi, no reverso destas sectárias e reductoras fixações histórico-políticas, um fenómeno político-ideológico e cultural inscrito numa conjuntura balizada cronologicamente entre 1890 e 1926, marcada pela semi-periferia sócio-económica de Portugal e sujeita a múltiplas vicissitudes e contradições?

O discurso apologético das virtudes cívicas e políticas da República decorre da militância afectiva e intelectual dos seus adeptos, visando

⁴ Cf. *Ibidem*, p. 210-254.

⁵ Cf. COUCEIRO, Henrique de Paiva — *A Democracia nacional*. Coimbra: Edição do Autor, 1917, p. 93 e 86. A tese de que a 1ª República Portuguesa foi urdida no «xadrez» da diplomacia maçónica europeia aparece expendida num opúsculo pelo monárquico CASTRO, Luís Vieira de — *A Europa e a republica portuguesa*. Londres, Berlim, Madrid. Coimbra: [Edição do Autor], 1922.

claramente o «juízo» favorável do Tempo (Cronos) e da História (Clio), investida, desde a Antiguidade Clássica, como fonte legitimadora do Poder. E idêntico objectivo contamina e anima o discurso oposto, sempre dentro das três categorias que enformam a explicação e a compreensão históricas, a saber: a temporalidade, a factividade e a memorialidade⁶.

A defesa da obra republicana, bem como todo o ataque dirigido contra ela, exploram, compreensivelmente, a crónica fragilidade da narrativa histórica — esta pressupõe sempre um sujeito condicionado pelo seu tempo, predisposto a zelar pela sua *verdade* e tentado a controlar a reprodução futura do seu *sentido*. É, pois, uma inevitabilidade epistemológica, uma característica intrínseca ao conhecimento histórico, mesmo quando se empregam os recursos metodológicos mais objectivos e sofisticados à luz do paradigma da cientificidade moderna. Assim sendo, não há que estranhar o excesso de subjectividade (e os ímpetos propagandísticos...) surgidos no calor da refrega política e no seu rescaldo.

A visão destrutiva, simplificada para efeitos de propaganda, que tanto os adversários da 1ª República (re)construíram e padronizaram, estimulados pela evolução no domínio interno, caracterizado pelos inúmeros escolhos e contradições da prática republicana e pelo advento do Estado Novo salazarista, nacionalista, anti-parlamentar, corporativista e filofascista, e no domínio externo, afectado pela crise europeia de entre Guerras, exemplifica a distorção da realidade histórica em pólos extremos e a «preto e branco».

O *Século* de 7 de Fevereiro e de 1 de Março de 1934, sob o significativo cabeçalho *1910 — Efemérides dum Passado sem Grandeza — 1933*, publicou, à maneira de cronologia e ao longo de três páginas em cada número, um balanço e um juízo implacáveis sobre a situação política vivida até ao 28 de Maio de 1926, data da proclamada «redenção nacional», do alegado fim do «caos» e início da «ordem nova»⁷.

⁶ Ver MACEDO, Jorge Borges de — História, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 10. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, cols. 282-288.

⁷ São sugestivos os encabeçamentos de ambos os números: «Capítulo de Revoluções e Tumultos. Mortos e feridos aos montes — Luto — Odios — Ruínas — Humilhações — Centenas de

Estamos, sem dúvida, perante um exercício de propaganda em pleno campo da História-lição, da História-exemplo para meditação no presente e remédio no futuro⁸. Enfim, estamos diante de uma intencional e clássica exploração didáctica da memória social ou das memórias, entendida(s) como o cruzamento dinâmico e complexo da historiografia, do ensino e da divulgação histórica e ainda de «objectos» concebidos e derivados da reprodução mnemónica, como as festas comemorativas, as estátuas, as exposições, os filmes épicos, etc.⁹ Operar cultural, ideológica e politicamente sobre essa instância racional e colectiva que é a memória, tornou-se, pois, uma função trivial graças à incontornável cumplicidade da História.

Quando, em 1911, o comissário naval e um dos indefectíveis combatentes da Rotunda, Machado Santos, mandou, para o prelo, o relatório sobre *A Revolução Portuguesa*, elaborado com base na sua vivência dos acontecimentos e na ajuda de relatórios parcelares redigidos por outros revolucionários¹⁰, teve o cuidado de declarar, em jeito de nota de abertura,

milhar de contos atirados à voragem em lutas fratricidas. Eis os resultados de uma política devassa e anti-patriótica de que o País ainda sofre e sofrerá, por largo tempo, as duras consequências; e «Formiga branca», 'Legião Vermelha' & C^a Como se condena à morte num País onde não ha a pena ultima, – Um bando de sicarios, ao serviço de facções politicas, mantem a Nação durante largos anos sob um autentico regime de terror. O rol de crimes, de atentados e de violencias, que vai ler-se, servirá para avivar a memoria duns e para chamar ao cumprimento dos seus deveres aqueles que podem impedir o regresso a semelhante sudario de vergonbas» (Cf. 1910 – Efemerides dum passado sem grandeza – 1933. O Seculo, Lisboa, 7 de Fevereiro de 1934, p. 1 e de 1 de Março de 1934, p. 1).

⁸ Atente-se no seguinte extracto: *«Leiam todos os portugueses de boa vontade, – escreveu o articulista anónimo e reverenciador do emergente Salazarismo – que não querem o regresso a um passado tenebroso, que os martirizou física e moralmente, o rol que vai seguir-se. Leia-o, sobretudo, a mocidade generosa, que os não presenciou. E lendo-o, meditem no que os esperaria, se os bandos sanguinários voltassem a instalar-se em Portugal, mais enfurecidos e mais dementados do que nunca. Talvez essa meditação os chame definitivamente ao cumprimento dos seus deveres, que consistem em cada qual defender a ordem e a paz publica conforme puder, porque só assim será possível impedir o renascimento da anarquia de outros tempos»* (Cf. Ibidem, 1 de Março de 1934, p. 1).

⁹ Ver TORGAL, Luís Reis – História... da «ciência» (ou «arte») à memória, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 371.

¹⁰ Os relatórios de Machado Santos (relatório restrito), Afonso Pala, Mariano Choque Junior, José de Ascensão Valdês, Caetano do Carvalho Correia Henriques, Ernesto Gomes da Silva, Francisco de Sousa Marques e António Joaquim Ferreira Dinis, todos eles militares participantes no 5 de Outubro, encontravam-se inéditos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e foram publicados com o título *Relatórios sobre a revolução de 5 de Outubro, com*

que escreveu em nome da Verdade e da Justiça, sugerindo, também, que a sua narrativa devia servir para desmascarar os «cobardes» e os «oportunistas» que haviam usurpado a República a quem ela, «de direito», pertencia: «*Depois da proclamação da Republica, os heroes e os organizadores da revolução cabiram sobre o Paiz como nuvem de gafanbotos. O Governo Provisorio tomou-os a serio e os verdadeiros foram postos de banda. Seria caso virgem na historia não succeder assim. O nosso relatorio desmascara-os, porque, no momento da acção, ninguem sabe onde se esconderam*»¹¹.

Pelo estreito ângulo auto-biográfico, era, assim, iniciada a construção da memória republicana, ou seja, a exaltação apologética dos actos cometidos na hora do «combate glorioso» e da «promissora obra» subsequente, exibindo de permeio alguns «ajustes de contas» domésticos e pessoais. As limitações deste tipo de testemunho não o invalidam, porém, enquanto fonte das narrativas de recorte mais historicizante, destinadas a fixarem para a posteridade uma certa «verdade» histórica de todo o processo revolucionário. De um vasto rol¹² podemos citar o livro de Hermano Neves intitulado *Como triumphou a Republica*¹³, *A Revolução portugueza. O 5 de Outubro* por Jorge Abreu¹⁴, os dois pequenos volumes d'*A Revolução*

prefácio e notas introdutórias de Carlos Ferrão. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1978. Subsiste, porém, um número indeterminado de relatórios inéditos, inclusive no Arquivo Pessoal de Machado Santos (em posse de familiares). A sua publicação vem ocorrendo de forma avulsa e esporádica: RODRIGUES, Fernando de Matos – O 5 de Outubro visto por um participante. Ao redor da revolução. Inédito apresentado por ... *História*, Lisboa (48) Out. 1982, p. 25-36; e RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar – Implantação da república em Portugal. Serviço de campanha. Relatório apresentado pelo Tenente Fernando Mauro d'Assumpção Carmo. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 7 (tomo 2) 1985, p. 463-497.

¹¹ Cf. SANTOS, Machado – *A Revolução portugueza. 1907-1910. Relatorio de ...* Lisboa: Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas & Franklin, 1911, p. [5]. Nota: consultámos o exemplar com dedicatória do Autor e por ele oferecido a Sidónio Pais, durante o período de actividade da Assembleia Nacional Constituinte (Arquivo Pessoal de Sidónio Pais – Secção Militar, Lente e Político, Publicações).

¹² Ver resenha bibliográfica em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia de história da 1ª república portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981, p. 140.

¹³ NEVES, Hermano – *Como triumphou a republica. Subsídios para a historia da revolução de 4 de Outubro de 1910*. Lisboa: Empresa Editora «Liberdade», 1910.

¹⁴ ABREU, Jorge de – *A Revolução portugueza. O 5 de Outubro (Lisboa 1910)*. Lisboa: Edição da Casa Alfredo David, 1912.

*portuguesa*¹⁵, incluídos na colecção «Biblioteca do Povo e das Escolas», e a extensa «crónica» de Armando Ribeiro, desfiada desde o reinado de D. Manuel até aos dias da Revolução republicana¹⁶, ou, ainda, com o mesmo intuito causalista, a obra, de José Arriaga, *Os Últimos 60 anos da monarquia*¹⁷. Mas a notória parcialidade política destes fastos do republicanismo português não os diminui como registo fáctico de um tempo e de uma cultura, nem tão pouco como expressão de uma mentalidade, que identificava República com Progresso e a convertia em «missão redentora» da Pátria.

Daí o balanço optimista e hagiográfico de um César da Silva, ao contemplar os cerca de doze meses de Governo Provisório, durante os quais se elegeram e reuniram as Constituintes que promulgaram uma nova Constituição¹⁸. Daí, também, a divulgação apologética do novo regime português entre as elites políticas, intelectuais e a opinião pública francesas. Philéas Lebesgue, na sequência de uma visita efectuada em 1911, não conteve o orgulho chauvinista de quem via frutificar, em terra alheia, o modelo concebido na sua Pátria, apressando-se a contribuir para que a velha aliada da rival Inglaterra entrasse decididamente na esfera de influência francesa: «*Une République en Portugal, cela fait songer. (...) Les Portugais sont nos amis très sincères: toutes leurs admirations vont à la France, à ses penseurs, à ses savants, à ses artistes. Le mouvement démocratique portugais est positiviste essentiellement: il est né d'une colonisation intellectuelle française*»¹⁹.

¹⁵ *A Revolução portuguesa, 2 vols.* Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1912-1913.

¹⁶ RIBEIRO, Armando – *Historia da revolução portuguesa, 6 vols.* Lisboa: João Romano Torres, s.d. O título indicado não é uniforme e extensivo a todos os volumes. Outros títulos que encabeçam volumes da obra: *O Começo de um reinado. Elementos para a história do reinado de D. Manuel II* e *A Caminho da republica, 2ª parte*.

¹⁷ ARRIAGA, José de – *Os Últimos 60 annos da monarchia. Causas da revolução de 5 de Outubro de 1910.* Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1911.

¹⁸ Cf. SILVA, Cesar da – *Salvé!...*, in *Vultos republicanos. Edição magnificamente ilustrada contendo as biographias dos homens mais illustres da republica portuguesa.* Lisboa: Editor e proprietario Henrique Bregante Torres, [1911], p. 12.

¹⁹ Cf. LEBESGUE, Philéas – *La République portugaise. (Le Sentiment national. Les ouvriers de l'ère moderne. La République vivante).* Paris: Bibliothèque Internationale d'Édition E. Sansot, s.d., p. 30.

Ao longo de cerca de trezentas e noventa páginas, emerge o retrato optimista de um Portugal pequeno, mas singular no seu castiço sentimentalismo sebastianista, assimilado pelos republicanos que se assumiam como uma força construtiva do porvir. Um país pequeno, mas capaz de tirar partido do seu importante domínio colonial, empenhado na resolução do crónico problema financeiro e cioso da sua autonomia. Adverso, por isso, a federalismos dissolventes (uma Federação ibérica podia ameaçar os interesses geo-políticos da França...), embora aberto a um novo, estreito e fecundo relacionamento com a Espanha.

O cepticismo pragmático do sociólogo Léon Poincard, tido em grande consideração por Lebesgue, colidia com tal retrato demasiado optimista, como se infere da parte final do *Portugal ignorado*²⁰. A sua descrença na capacidade da revolução, como meio eficaz para se obter a reconstituição social de um povo, afigurou-se-lhe confirmada, uma vez mais, pela postura superficial e irrealista dos políticos republicanos, responsável, segundo ele, por um futuro bem pior que a tão contestada herança monárquica...

Os excessos e os desencantos do processo revolucionário haveriam, pois, de fracturar as próprias hostes «outubristas». A desilusão, a derrota e o irresistível apelo à *révanche* justificarão, quer um memorialismo²¹ amargo, auto-probatório e modelador da «verdade» histórica, útil do ponto de vista informativo, mas ardiloso no plano das (re)interpretações, quer uma narrativa didáctica sobre as virtudes potenciais e os erros cometidos pelo novo regime, exemplificada, entre outras, pela *História da República. Noites do avôzinbo* de José Agostinho de Oliveira²².

²⁰ Cf. POINCARD, Léon – *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico. Seguido de um appendice relativo aos ultimos acontecimentos*. Porto: Magalhães & Moniz, Lda Editores, 1912, p. 281.

²¹ Ver com proveito em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia de história da 1ª república portuguesa*, ob. cit., fontes e estudos dos vários capítulos da obra e, em especial, os que correspondem aos diferentes domínios temáticos da História.

²² Ver AGOSTINHO, José – *História da república. Noites do avôzinbo*, 3 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, 1915. Do mesmo autor foi, então, publicada pelo mesmo editor Idem – *História de Portugal*, 5 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d.

A acção dos vencedores não tardaria, também, a repercutir-se negativamente na vida dos vencidos. Queixaram-se, por isso, os monárquicos e os católicos das mais diversas iniquidades e ataques ao seu universo de valores, deixando para a História a sua defesa no *Álbum dos vencidos* de Pereira de Almeida²³ e em outros registos²⁴. Matéria suficiente para ser lavrada a memória monárquica e conservadora dos erros próprios, das suas desavenças e antagonismos, da sua «cultura política», mas sobretudo dos crimes sofridos e da acção quixotesca de Paiva Couceiro e dos seus homens. Para essa memória contribuíram Júlio de Vilhena²⁵, Teixeira de Sousa²⁶, António Cabral²⁷, Malheiro Dias²⁸, Joaquim Leitão²⁹ e outros «cronistas» menores.

²³ Cf. ALMEIDA, Alberto Pereira de – *Album dos vencidos, por...* (Com valiosas colaborações). Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1913-1914, p. inum.

²⁴ Ver, por exemplo, SILVA, Armando B. Malheiro da – Os Conspiradores no Sul da Galiza. As incursões monárquicas (1911-1912) na literatura portuguesa. *Bracara Augusta*, Braga, 47, 100 (1997).

²⁵ Ver VILHENA, Júlio de – *Antes da republica. (Notas autobiográficas)*, 4 vols [2 volumes e 2 suplementos]. Coimbra: França & Arménio Editores, 1916-1918.

²⁶ Ver SOUSA, Teixeira de – *A Força publica na revolução. (Réplica ao ex-coronel Albuquerque)*. Coimbra: Moura Marques, 1913.

²⁷ Ver CABRAL, António – *Alexandre Cabral. Memórias políticas. Homens e factos do meu tempo*. Lisboa: Editores J. Rodrigues & C^a, 1923; Idem – *As Cartas d'el-rei D. Carlos ao sr. João Franco. Cartas d'el-rei a José Luciano. A dictadura. Os Adiantamentos. O regicídio*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, s.d.; Idem – *As Minhas memórias políticas. 4 vols*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1929-1932; Idem – *Os Culpados da queda da monarquia. De João Franco a Teixeira de Sousa. Outros culpados. Cartas históricas e inéditas. memórias políticas*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1940.

²⁸ Ver DIAS, Carlos Malheiro – *Do desafio á debandada. Vol. 1 - O Pesadêlo. Vol. 2 - Chéque ao rei...* Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & C^a, 1912; e Idem – *Em redor de um grande drama. Subsídios para uma historia da sociedade portuguesa (1908-1911)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Aillaud & Bertrand/Livraria Francisco Alves, s.d.

²⁹ Ver LEITÃO, Joaquim – *A Comédia politica. (Entrevistas com os homens dos ultimos dias da monarchia e com os dos primeiros dias da republica)*. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1910; Idem – *Diário dos vencidos*. Porto: Lopes & C^a, 1911; Idem – *A Bandeira dos emigrados*. Porto: Edição do Autor, 1912; Idem – *Os Cem dias funestos. (Processo e condemnação do ultimo presidente do conselho de 1910, Antonio Teixeira de Sousa, e do seu livro, «Para a Historia da Revolução»)*. Porto: Edição do Autor, 1912; Idem – *Couceiro, o capitão phantasma. Dos acontecimentos da Galliza a marcha para a segunda incursão monarchica*. Porto: Edição do Autor, 1914; Idem – *Em marcha para a 2ª incursão. Da concentração ao erguer do bivaque de Soutelinho da Raia para o ataque a Chaves*. Porto: Edição do Autor, 1915; e Idem – *O Ataque a Chaves*. Porto: Edição do Autor, 1919.

À medida que a experiência republicana foi sendo submergida e «corroída» pela conturbada conjuntura nacional e internacional dos anos vinte, cresceu inexoravelmente, à direita e à esquerda (destaque para António Sérgio³⁰ e para o grupo da *Seara Nova*³¹, a crítica implacável ao Estado republicano num contexto de indiscutível crise do modelo democrático e de assinalável vigor das propostas nacionalistas, anti-positivistas, integralistas, neoescolásticas e ultracatólicas. A génese e a expansão de ideologias totalizantes como o fascismo e o comunismo (marxismo-leninismo e estalinismo) não tardariam a reflectir-se, também, na produção historiográfica, como se verá mais adiante.

3. A Reabilitação histórico-política da República

Neste esquemático cenário percebe-se, antes de mais, o inalterável predomínio de uma abordagem histórica de matriz político-militar, diplomática e ideológica, mais ou menos entrosada na corrente historiográfica erudito-metódica³², que fez escola e deixou semente desde o último quartel do

³⁰ Ver SÉRGIO, António – *Breve interpretação da história de Portugal. Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p. 144-145.

³¹ Para uma síntese actualizada do ideário e da actividade deste movimento cultural e ideológico-político ver BARREIRA, Cecília – *Sondagens em torno da cultura e das ideologias em Portugal (Sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Editorial Polemos, 1983, p. 101-119; VENTURA, António – *O Imaginário seareiro. Ilustradores e ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 15-62; CARDIA, Sttomayor – *Seara Nova. Antologia. Organização, prefácio e notas de ...* Lisboa: Publicações Alfa, 1990; e AMARO, António Rafael – *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939). Memória, cultura e poder*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 1995.

³² Não podemos tomá-la, porém, como um bloco homogéneo do ponto de vista metodológico-teórico. A par dos mais proeminentes professores de História do antigo Curso Superior de Letras (embrião da Faculdade de Letras de Lisboa), como David Lopes, José Maria Queirós Veloso, António Ferrão e Manuel Maria de Oliveira Ramos, cultores de uma pesquisa documental rigorosa, mas pobre em termos de problematização histórica, surgiram alguns arautos de uma «história-problema», como Fidelino de Figueiredo ou Francisco Lopes Vieira de Almeida, que, sem negarem a relevância adquirida pela heurística, abriram caminho, nomeadamente na *Revista de História* (1912-1928), a uma reformulação epistemológica do trabalho histórico e à necessidade de um nexu interpretativo (de um plano teórico) no seio da narrativa historiográfica.

séc. XIX. Será, aliás, sob a sua influência que, em plena formação do Estado Novo, uma certa historiografia demoliberal e pró-republicana ousará reagir contra a detracção que se abatera sobre os valores e os ideais proclamados em 1910.

Surgiu, assim, um marco importante para os ulteriores, se bem que escassos, esforços de reabilitação histórica, mais ou menos credível, da 1ª República. Referimo-nos à obra colectiva, dirigida e editada por Luís de Montalvor em dois volumes, colaborada por republicanos históricos, dois deles conceituados professores universitários, e centrada, apenas, nas origens (literalmente remotas...) do movimento republicano. O seu plano temático denuncia, de modo claro, essa flagrante limitação: na Introdução sub-intitulada *História das ideias republicanas em Portugal*, epígrafe colhida no trabalho precursor de Teófilo Braga³³, foram incluídos três capítulos, tendo sido o primeiro *Os factores democráticos na formação de Portugal*, da autoria de Jaime Cortesão, o segundo, *A Vida política do povo português, de 1500 a 1820*, por Agostinho Fortes, e, o terceiro, *Formação da ideologia republicana (1820-1880)*, por Joaquim de Carvalho; na 1ª Parte — *A Formação do espírito político republicano* — temos dois capítulos, de cariz memorialístico, *O Movimento republicano e a consciência nacional*, por Francisco Reis Santos, e *A Revolta de 31 de Janeiro de 1891*, pelo coronel Manuel Maria Coelho (um dos seus intervenientes); na 2ª Parte, consagrada à *Obra da propaganda republicana*, mais dois capítulos, um com idêntico título, por José Lopes de Oliveira, e, o outro, *A Obra revolucionária da propaganda. As Sociedades secretas*, por Luz de Almeida, o célebre reorganizador da Carbonária Portuguesa; e, na 3ª Parte, tecida *Da Ditadura à revolução*, surge o mesmo Lopes de Oliveira, com o capítulo 1 - *O Termo da propaganda doutrinária republicana e o período revolucionário* e o jornalista, propagandista republicano e participante na Revolução, Afonso de Bourbon e Meneses, com o capítulo 2 *O Movimento revolucionário de 4 de Outubro de 1910 e a proclamação da República*. Em síntese, pode

³³ Ver BRAGA, Teófilo – *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983 (1ª ed. 1880).

dizer-se que esta monumental obra, de excelente qualidade gráfica e muito ilustrada, combina alguns esforços analíticos e interpretativos, que se tornarão muito apreciados e citados nas décadas seguintes — foi o caso dos estudos de Jaime Cortesão e de Joaquim de Carvalho —, com notas e testemunhos directos da fase revolucionária, com inegável valor informativo, mas moldados pelo espírito geral da iniciativa, expressamente pró-democrático³⁴.

A grossa obra dirigida, por Luís de Montalvor, seguiu, afinal, um «programa» mais político-ideológico, do que historiográfico, ao qual, nas décadas seguintes, se mantiveram fielmente apegados o referido José Lopes de Oliveira, por meio da sua incompleta *História da república portuguesa*³⁵ e da brochura, redigida em colaboração com Rocha Martins, sobre o 5 de Outubro³⁶, Carlos Ferrão, operoso e apaixonado defensor da obra republicana³⁷, Ramos de Almeida³⁸ ou ainda o porfiado militante republicano e socialista Raul Rego. Todos, e cada um a seu modo, em combate estrénuo contra a «*premeditada táctica do inimigo*».

³⁴ Cf. MONTALVOR, Luís de — *História do regime republicano em Portugal. Publicada por ...*, vol. I. Lisboa: Editorial Ática, 1930, p. 7-8. Ver comentário crítico a esta obra de TORGAL, Luís Reis — A História em tempo de «ditadura», in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 272-274.

³⁵ Ver OLIVEIRA, Lopes de — *História da república portuguesa. A Propaganda na monarquia constitucional*. Lisboa: Editorial Inquérito, [1947].

³⁶ Ver MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes de — *A Revolução de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Edições Excelsior, s.d.

³⁷ Ver [FERRÃO, Carlos] — *História da república. Edição comemorativa do 50º aniversário da implantação da república*. Lisboa: Editorial Seculo, [1960]; Idem — *Em defesa da verdade*. Lisboa: Editorial «O Seculo», 1962; Idem — *A Obra da república*. Lisboa: Editorial «O Século», 1966; Idem — *Desfazendo mentiras e calúnias*. Lisboa: Editorial «O Seculo», 1967; Idem — *O Integralismo e a república. Autópsia de um mito*, vols. 1 e 2. Lisboa: Editorial Inquérito, 1964 e 3º vol. Lisboa: Editorial «O Seculo», 1965; e Idem — *Em defesa da república*. Lisboa: Edições Inquérito, 1963; Idem — *História da 1ª república*. Lisboa: Terra Livre, 1976.

³⁸ Subscreveu um folheto publicado por ocasião do 45º aniversário da proclamação da República, onde é resumida a luta do Povo português pela Liberdade ao longo dos séculos, evocadas as razões, protagonistas e momentos altos da implantação da República e, no fim, exortada a resistência dos verdadeiros democratas em prol da Democracia (Cf. ALMEIDA, Ramos de — *5 Outubro 1910. Proclamação da República. Comemoração do 45º aniversário 1955*. [Porto]: [Comissão das Comemorações composta por Dr. Armando Castro, Arq. Artur Andrade, Dr. Guedes Pinheiro, Dr. Júlio Semêdo, Dr. Mário Cal Brandão, Silva Petiz e Oliveira Valença], 1955, p. 13).

4. A Tática integralista

422

Esse inimigo estava estribado nas instituições políticas instauradas após a ditadura militar de 1926 ou na historiografia nacionalista, em que avulta a influência do *Integralismo Lusitano*, movimento ideológico de pendor monárquico-tradicionalista, corporativista e municipalista, inspirado na *Action Française* de Charles Maurras e pontificado por António Sardinha, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz ou Fernando Campos. Não servindo, é certo, de modelo exclusivo, até porque, como bem observou Luís Reis Torgal, o «*movimento nacional e nacionalista, que se desenvolveu no seio da classe política e intelectual, é anterior à República e acompanha, muitas vezes, as lutas e as desilusões de liberais, republicanos e até de socialistas durante a Monarquia Constitucional*»³⁹, o legado integralista foi, sem dúvida, determinante na definição dos parâmetros teóricos e doutrinários da escrita, do ensino e da divulgação da História desenvolvida em tempo de «ditadura»⁴⁰. Explicitou-os, de forma lapidar, nos seus fundamentos últimos, o mais polémico e irreverente dos historiadores integralistas e salazaristas. Alfredo Pimenta, no seu estilo «abrasivo» e inimitável, escreveu: «*A verdade é a verdade? É. Mas a verdade, fora da Revelação, não existe. Se tenho de tomar uma verdade relativa, adopto a verdade que serve a minha Pátria, e não a que pode prejudicá-la ou diminuí-la. Por isso, tenho para mim, sinto-o e proclamo-o, que a minha Pátria é a mais bela, a mais nobre, a maior de todas as Pátrias, e que são estas que devem servir a minha, e não a minha que deve servir a dos outros. (...) Numa palavra: em história de Portugal é verdadeiro tudo quanto glorifique a Nação Portuguesa; é falso tudo quanto a deprima, a diminua, a enerve e a enxovalhe*»⁴¹.

³⁹ Cf. TORGAL, Luís Reis – Sob o signo da «reconstrução nacional», in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 219.

⁴⁰ Seguimos a epígrafe e a orientação analítica de TORGAL, Luís Reis – A história em tempo de «ditadura», in *Ibidem*, p. 241-276.

⁴¹ Cf. PIMENTA, Alfredo – *Novos estudos filosóficos e críticos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1935, p. 106-107.

Ressalvado o extremo subjectivismo, prescrito por Alfredo Pimenta, é dentro desta «moldura» programática que cabem as opções traçadas nas instituições de investigação (a Academia Portuguesa de História), de ensino (as Faculdades de Letras do Porto, Coimbra e Lisboa) e de propaganda (o Secretariado de Propaganda Nacional) do regime salazarista. Opções temáticas intencionalmente dirigidas para as grandes épocas da «gesta nacional» — a Idade Média e o período dos Descobrimentos — e adversas, portanto, a eventuais surtidas «independentes» pela Época Contemporânea, anatemiizada como «muito próxima» do historiador e «pouco ou nada exemplar» da vida interna e da afirmação exterior da Nação portuguesa.

Os séculos XIX e XX serão, assim, proscritos ou, pelo menos, muito «retocados» e diminuídos nos programas escolares de todos os níveis de ensino e na produção historiográfica «tutelada» e premiada oficialmente. Não surpreende, por isso, a sucessão de imagens, de representações negativas, por exemplo, do liberalismo, do republicanismo e do sistema parlamentar, encadeadas numa «revisão» valorizadora do miguelismo⁴², do franquismo ou do sidonismo, culminando na apologia do Estado Novo.

Um punhado de obras ilustram essa tendência.

A *História de Portugal*, de João Ameal⁴³, mais precisamente no seu «livro VIII», composto de três breves e elucidativos capítulos: «Balbúrdia Sanguinolenta», «Reconquista da Ordem» e «Para Além da Hora que Passa». A *Histoire de la république portugaise*, de Artur Ribeiro Lopes, mais sóbria no estilo, mas abertamente comprometida com uma filosofia política anti-iluminista, nacionalista e contra-revolucionária, legitimadora do papel

⁴² Ver a análise das diferentes leituras suscitadas por este fenómeno histórico e político-ideológico em SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – O Miguelismo na história contemporânea de Portugal. Retrospectiva e subsídios bibliográficos. *Itinerarium*, Braga, 39, 1993, p. 537-647.

⁴³ Ver AMEAL, João – *História de Portugal das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1974, p. 689 e ss. (1ª edição 1940).

histórico-político de António de Oliveira Salazar⁴⁴. *Revolutionary Portugal (1910-1936)* por V. de Bragança-Cunha, baseada na estratégia narrativa que contrapõe o Portugal de gloriosos feitos passados ao país doente, moribundo, do séc XIX, presa fácil da revolução, geradora da «República e do caos», da desordem e da instabilidade a que só o Estado Novo conseguiu pôr termo. E, ainda, *A Revolução Portuguesa* do historiador nacionalista espanhol Jesus Pabón, obra galardoada com o *Prémio Camões* de 1951 e em cujo prólogo, da edição portuguesa, pode ler-se uma inequívoca preferência ideológico-política «*por D. Carlos contra Afonso Costa, por Sidónio Pais contra Bernardino Machado; numa palavra, pelo Estado Novo contra o regime demo-liberal.*»⁴⁵. Bem escrita e alicerçada num apreciável acervo bibliográfico de testemunhos históricos e memorialísticos, mais ou menos coevos, dos acontecimentos narrados, esta obra não pode ser vista como uma mera diatribe contra a 1ª República ou uma apologia primária do Estado Novo, suplantando, do ponto de vista historiográfico, as obras do mesmo período, nacionais e estrangeiras. Com efeito, Jesus Pabón, não obstante a sua confessada parcialidade, investiu os seus dotes de historiador profissional e pôde, assim, «pintar» um «mural» impressionante, cujos traços salientes são, naturalmente, a desordem, a demagogia e a instabilidade governativa que impeliaram o país para o abismo, evitado, porém, *in extremis* pelas «forças» do 28 de Maio, que derrubaram «o Partido Democrático, senhor da República, novamente ao leme, condenado irremediavelmente na consciência pública» e tornaram possível a entrada em cena de um «homem providencial» — Salazar.

⁴⁴ Ver LOPES, Artur Ribeiro – *Histoire de la république portugaise*. Paris: Les Oeuvres Françaises, 1939. A Introdução da obra tem o sugestivo subtítulo *Le Probleme de la liberté dans le temps et dans l'espace* e condensa a posição do A. Ao conceito universal de Liberdade, destilado pelos revolucionários do séc. XVIII, contrapõe a noção humana de Liberdade natural e relativizada.

⁴⁵ Cf. PABÓN, Jesus – *A Revolução portuguesa*. Lisboa: Editorial Aster, 1961. A 1ª edição da obra saiu em espanhol: Idem – *La Revolución portuguesa, 2 vols.* Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1945.

5. Em busca da objectividade perdida...

425

Entre o programa da obra de Luís de Montalvor e o da historiografia integralista e nacional-salazarista, foram cabendo, naturalmente, contribuições diversas, eivadas também de ideologia, mas mais permeáveis ao critério factológico e/ou ao primado positivista e erudito-metódico de pretensa objectividade histórica.

Espaço intermédio e difuso, onde cabe, por exemplo, a «crónica» da vivência directa dos acontecimentos, cerzida num estilo misto de descrição factual e de narrativa viva, cativante, inexacta, fantasiosa e apoiada em abundante ilustração fotográfica ou de *repórter* de jornal. Trata-se, aliás, de um género bem representado por Francisco da Rocha Martins, prolixo publicista monárquico, sidonista e, na última fase da sua vida, tenaz opositor ao Estado Novo, que deu largas à sua capacidade cronística, em trabalhos de diverso tipo, vertidos alguns deles nas páginas do *ABC* ou do *Arquivo Nacional* e reunidos em livro. Testemunha activa do processo de transição da Monarquia para a República e da atribulada vida desta, publicou, em fascículos, mas incompleta, *A Republica (Memórias para a historia do novo regimen)*⁴⁶, *João Franco e o seu tempo*⁴⁷, os dois volumes de *D. Manuel II (Memorias para a historia do seu reinado)*⁴⁸, as *Memorias sobre Sidonio Paes*⁴⁹, *A Monarquia do Norte*⁵⁰ e essa volumosa galeria de retratos de destacadas figuras nacionais intitulada *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de estado, homens de armas, homens de letras*⁵¹.

⁴⁶ Ver MARTINS, Francisco da Rocha – *A Republica (Memórias para a história do novo regimen)*. Lisboa, s.d.

⁴⁷ Ver Idem – *João Franco e o seu tempo. [E Comentários livres às cartas d'el-rei D. Carlos]*. Lisboa: Edição do Autor, s.d.

⁴⁸ Ver Idem – *D. Manuel II. (Memorias para a historia do seu reinado)*, 2 vols. Lisboa: Sociedade Editora «José Bastos», 1931.

⁴⁹ Ver Idem – *Memorias sobre Sidonio Paes*. Lisboa: Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921.

⁵⁰ Ver Idem – *A Monarquia do Norte*. Lisboa: Editorial ABC, 1922.

⁵¹ Ver Idem – *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de estado, homens de armas, homens de letras*, 4 vols. Lisboa: Vida Mundial Editora, 1948.

Incluído na colecção *Portugal Histórico* para adolescentes e dirigida por A. Duarte de Almeida, saiu a público, em 1936, um volume intitulado *Regimen republicano*, concebido como *documentário* e materializado numa exposição cronológica, fáctica e política, algo esquemática e tendencialmente neutra⁵².

No ano anterior — em 1935 — fora publicado o sétimo volume da monumental *História de Portugal*, editada pela Portucalense Editora, de Barcelos, e comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade⁵³. O primeiro volume da conhecida «edição de Barcelos» saiu em 1928, tendo por director científico o professor universitário Damião Peres e, por director artístico, Eleutério Cerdeira. Projecto de grande fôlego, nascido e terminado curiosamente durante a fase de transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, impôs-se não apenas pelo aparatoso aspecto gráfico, mas pelo elenco de mais de duas dezenas de colaboradores (especialistas nas diferentes áreas da História de Portugal), pela qualidade, ainda que desigual, dos seus textos e pela estrutura interna repartida, para cada época, em «história política», «organização económica», «cultura», «assistência», etc., não seguindo apenas um critério dinástico. Mas apesar disto, pode dizer-se, como observou recentemente Luís Reis Torgal⁵⁴, que a *História de Portugal* manteve-se dentro dos parâmetros da historiografia política e cultural, sem a correlativa incidência sócio-económica. E isto ainda é mais evidente no último volume consagrado à história contemporânea. A perspectiva adoptada é quase meramente política e no que concerne, ao período republicano, os vários capítulos, insertos nesse sétimo volume, não foram além dos primeiros anos do regime. E só em 1954 foi, finalmente,

⁵² Ver ALMEIDA, A. Duarte — *Regimen republicano. Documentário, 1910-1934*. Lisboa: João Romano Torres & Cª, 1936.

⁵³ Ver PERES, Damião e CERDEIRA, Eleutério — *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses*, 7 vols. e 2 suplementos. Barcelos/: Portucalense Editora, Lda/Livraria Civilização, 1928-1981.

⁵⁴ Cf. TORGAL, Luís Reis — A história em tempo de «ditadura», in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 271.

superado o parco e deficiente tratamento conferido no volume sétimo à conjuntura republicana, com a publicação de um primeiro suplemento⁵⁵ escrito *a solo* por Damião Peres, balizado entre 1911 e 1933, e estruturado em quatro partes — *História Política, História Económica, Vida Cultura e Ultramar Português* —, sendo a segunda subdividida em *população, moeda, vias de comunicação e actividades económicas*, a terceira em *instrução e instituições e sucessos culturais* e, a quarta, em *delimitação e ocupação, economia e política* e a *acção civilizadora*. A formação erudito-metódica e o positivismo historiográfico do autor não o impediram, porém, de manifestar ao longo de uma narrativa factológica, profusamente ilustrada, um certo pendor pró-nacionalista e pró-salazarista. Seja como for, há que reconhecer a importância deste contributo para a fixação de um registo historiográfico sobre a agitada vida política da 1ª República e sobre o advento do Estado Novo.

A *História de Portugal*, de Damião Peres, dentro das condições político-ideológicas em que surgiu e foi difundida, e, apesar das limitações metodológicas de que enfermou⁵⁶, pôde exercer, segundo José Mattoso, uma influência positiva na investigação histórica portuguesa dos anos 30 a 60⁵⁷. E podemos mesmo acrescentar que no respeitante ao estudo da 1ª República essa influência se prolongou, pelo menos, até à década de setenta — período em que começou a ser publicada a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão⁵⁸, obra de um só autor, filiada directamente na matriz da *História de «Barcelos»* —, atendendo a evidentes constrangimentos

⁵⁵ Um segundo suplemento será editado pela Livraria Civilização do Porto, muito mais tarde, em 1981, intitulado *História de Portugal. 1933-1974. II Suplemento* da responsabilidade do embaixador Franco Nogueira, colaborador e biógrafo de António de Oliveira Salazar. O volume de Índices relativos aos 7 vols. (excluídos os suplementos) saiu em 1937.

⁵⁶ Ver TORRALBA, Luís Reis Torgal – A história em tempo de «ditadura», in TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 267-272.

⁵⁷ Cf. Mattoso, José – Apresentação, in Idem (dir.) – *História de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 10.

⁵⁸ Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, 12 vols.* Lisboa: Editorial Verbo, 1977-1990. O último vol. é sobre *A Primeira República (1910-1926). História diplomática, social, económica e cultural*.

político-institucionais e a carências humanas e técnicas (incluímos aqui as dificuldades de acesso à informação arquivística dos sécs. XIX-XX), que bloquearam o ensino, o estudo e a pesquisa históricas sobre o Portugal contemporâneo.

6. Nota final

Em Portugal, a historiografia sobre os sécs. XIX e, particularmente, o XX está na moda e tende a crescer cada vez mais. Tendência reforçada pelo forte incentivo em nível académico, pela atribuição de prémios⁵⁹ ou ainda pela ampla cobertura e adesão dos média.

Actualmente a produção historiográfica, seja com assumidas pretensões científicas, seja, ao invés, com convicções relativistas fundantes do pós estruturalismo e da História narrativa⁶⁰, não tem paralelo, como facilmente se compreende, com a relutância e o tabu ideológico segregados durante, sobretudo, a ditadura salazarista. Esse foi um tempo de proibição e de exclusão do contemporâneo na escrita crítica e exigente da História, mas, simultaneamente, um tempo impregnado e até saturado de empenhamento e de combate político-ideológico como se infere da retrospectiva atrás esboçada. Um tempo que fica também, indissolúvelmente articulado, para os hojes e os amanhãs que se multiplicam sem fim, com o tempo republicano.

⁵⁹ Destacamos o Prémio de História Contemporânea instituído pelo Professor Doutor Vítor de Sá (1910-2003) e a Universidade do Minho e o Prémio da Fundação Mário Soares mais recente, mas com indiscutível projecção nacional.

⁶⁰ Ver, como possível leitura propedêutica, BONIFÁCIO, Maria Fátima – *Apologia da história política*. In Idem – *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, p. 17-129.